

RAP – *Na história do Brasil, quando iniciou a educação de jovens e adultos?*

Gadotti – O Brasil sediará, em maio de 2009, em Belém, a sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos da Unesco (Confinte VI). É um momento propício para refletirmos sobre o tema que a Revista *Aprende Brasil* está dando destaque: a *educação de jovens e de adultos*. Até os anos 40 do século passado a educação de adultos era concebida como a extensão da escola primária para os adultos, principalmente os adultos das zonas rurais. Em 1942, foi criado o Fundo Nacional do Ensino Primário, que destinou 25% dos recursos à alfabetização de adultos (regulamentado só em 1945). A *luta contra o analfabetismo* no Brasil é antiga, mas, até agora, não alcançou sua meta que é a de eliminá-lo. As grandes “campanhas” contra o analfabetismo começam ainda na década de quarenta. Em 1947, o governo Eurico Gaspar Dutra iniciou uma Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, que foi encabeçada pelo educador Lourenço Filho e retomada por Getúlio Vargas em 1952, com o nome de Campanha Nacional de Educação Rural. Paulo Freire foi o primeiro, ainda nos anos 50, a inventar um método especificamente destinado à alfabetização de adultos. Vale lembrar que um governo que assume compromisso com a justiça social e pretende desenvolver o país de forma sustentável precisa dar prioridade ao cidadão mais excluído, que é o analfabeto adulto. Nenhuma sociedade resolveu seus problemas sem equacionar devidamente os problemas de educação. Não há países que tenham encontrado soluções para os problemas educacionais sem equacionar devida e simultaneamente a educação de adultos e a alfabetização.

RAP – *O que Paulo Freire oferecia de tão original para se tornar tão conhecido internacionalmente?*

Gadotti – Neste ano celebramos os 40 anos de sua mais conhecida obra: *Pedagogia do oprimido*. Numa época de educação burocrática, formal e impositiva, ele se contrapôs às concepções e práticas dominantes na educação, levando em conta as necessidades e problemas da comunidade e as diferenças étnico-culturais, sociais, de gênero, e os diferentes contextos. Freire procurava empoderar as pessoas mais necessitadas para que elas mesmas pudessem tomar suas próprias decisões, autonomamente. Seu método pedagógico aumentava a participação ativa e consciente. A coragem de pôr em prática um autêntico trabalho de educação que identifica a alfabetização com um processo de conscientização, capacitando o oprimido tanto para a aquisição dos instrumentos de leitura e escrita quanto para a sua libertação, fez dele um dos primeiros brasileiros a serem exilados.

RAP – *Posteriormente, que compromissos internacionais o Brasil assumiu para eliminar o analfabetismo?*

Gadotti – Ao longo das últimas décadas, o Brasil assumiu, formalmente, vários compromissos internacionais relativamente à universalização da alfabetização e da educação básica, tornando-se signatário de uma série de documentos, especialmente os que se filiam à Organização das Nações Unidas. Em 1990, firmou a *Declaração* e o *Plano de Ação da Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, realizada em Jomtien, na Tailândia. Três anos depois, o país participou ativamente das reuniões e dos ajustes firmados entre os nove países mais populosos e com maior número de analfabetos, assinando, com os órgãos e agências responsáveis pela educação no mundo, compromisso com metas tendentes à universalização da educação básica de jovens e adultos alijados da escola regular na idade própria.

RAP – *Como explicar ainda, entre nós, a existência de tão altas taxas de analfabetismo?*

Gadotti – Antes de mais nada é preciso reconhecer que o analfabetismo são decorrentes da nossa pobreza. O analfabetismo representa a negação de um direito fundamental, decorrente de um conjunto de problemas sociais: falta de moradia, alimentação, transporte, escola, saúde, emprego... Isso significa que, quando as políticas sociais vão bem, quando há emprego, escola, moradia, transporte, saúde, alimentação... não há analfabetismo. Quando tudo isso vai bem, a educação vai bem. Isso significa ainda que o problema do analfabetismo não será totalmente resolvido apenas por meio de programas educacionais. Eles precisam vir acompanhados de outras políticas sociais.

RAP – Por que priorizar a educação de jovens e adultos?

Gadotti – Uma longa caminhada começa por um pequeno passo, e esse primeiro passo é acreditar na educação de jovens e adultos. Tivemos, até bem pouco, uma política governamental que desvalorizava a EJA com os argumentos, entre outros, de que os analfabetos mesmos *não demandam alfabetização* e a alfabetização não influi no *rendimento* das pessoas e nem na busca por um *emprego*. Para acreditar na EJA devemos contra-argumentar. Segundo a Pastoral da Criança, em pesquisa realizada em 2002, a falta de alfabetização das mães é uma das principais causas de desnutrição infantil. Até o Banco Mundial – agência do sistema das Nações Unidas – mudou de opinião em relação à política de EJA. Uma pesquisa realizada pelo banco mostrou que os participantes em programas de alfabetização têm maior *confiança* e *autonomia* no interior de suas famílias e comunidades, estão mais à vontade que os não-alfabetizados quando levam e trazem seus *filhos da escola* e *participam mais efetivamente* na comunidade e na política. Não há justificativa ética e nem jurídica para excluir os analfabetos do direito de ter acesso à educação básica.

RAP – Por que, então, precisamos ainda insistir nessa prioridade?

Gadotti – Porque sempre consideramos essa a prioridade como a prioridade “deles” e sobrepomos as “nossas” prioridades às prioridades “deles”. Todos sabemos também que “eles” não têm tido oportunidade de fazer valer seu direito à prioridade. Não estão nem “politizados” e nem “organizados” para tomarem a palavra. Daí a importância dada por Paulo Freire à “politização” dos alfabetizandos no seu método de alfabetização. Não era para que os alfabetizandos saíssem do “círculo de cultura” para se filiarem a um partido político. Era para que eles pudessem incidir politicamente sobre as causas econômicas e sociais do analfabetismo e se organizassem para lutar contra a sociedade injusta que gera o analfabetismo.

RAP – Quem deve ser o educador de jovens e adultos?

Gadotti – Já ficou comprovado que, pertencendo o educador ao próprio meio, facilita muito. Contudo, nem sempre isso é possível. É preciso formar educadores provenientes de outros meios, não apenas geográficos, mas, também, sociais. Todavia, no mínimo, esses educadores precisam respeitar as *condições culturais* do jovem e do adulto analfabeto. Eles precisam fazer o diagnóstico histórico-econômico do grupo ou comunidade onde irão trabalhar e estabelecer um canal de comunicação entre o saber técnico (erudito) e o saber popular. Ler sobre a educação de adultos não é suficiente. É preciso entender, conhecer profundamente, pelo contato direto, a lógica do conhecimento popular, sua estrutura de pensamento, em função da qual a alfabetização ou a aquisição de novos conhecimentos tem sentido.

RAP – A escola pode fazer alguma coisa? Qual o papel da escola em relação à EJA?

Gadotti – Para a escola receber um contingente tão grande de analfabetos – os chamados “sem instrução” pelo IBGE – ou com baixa escolaridade, ela precisa modificar-se substancialmente, já que foi criada para atender prioritariamente crianças e jovens. Para que a escola passe a atender agora também a adultos, ela precisa repensar-se, precisa de uma *reestruturação* e de uma *reorientação curricular*. A escola atual não foi pensada como *escola de EJA*. Por isso, precisa preparar-se para facilitar o acesso e a permanência do adulto. Essa preparação supõe uma *estrutura* adequada da escola para a EJA, um *projeto político-pedagógico* que inclua a EJA e uma *concepção de EJA* que estabeleça a sua especificidade não como uma carência (“suplência”) de algo, mas como um direito e uma “modalidade de educação básica”.

RAP – O que a escola precisa fazer para reorientar o seu currículo com vistas ao atendimento desses jovens e adultos?

Gadotti – Não há dúvida de que uma reorientação curricular, para que seja bem sucedida necessita de referenciais, uma *teoria*, precisa de *propostas concretas*, práticas e de *estratégias*. O melhor referencial e a melhor proposta não têm qualquer significado se não forem assumidos, coletivamente, pela escola como um todo. As estratégias são essenciais. Sem elas podemos levar a perder as melhores propostas.

RAP – Por que a reestruturação curricular é importante?

Gadotti – Porque existem questões estruturais que determinam o sucesso ou o fracasso de um currículo. Elas interferem no rendimento escolar do aluno, nas relações sociais e humanas, no ambiente que pode ser favorável ou não ao ensino-aprendizagem. Questões como a falta de professores e a rigidez dos horários da EJA devem ser enfrentadas solidariamente, co-responsavelmente entre a escola, as coordenações regionais e o gabinete da Secretaria de Educação. Uma instância não pode jogar a responsabilidade sobre a outra. Em qualquer das três instâncias de poder, existe muito espaço para a criatividade que até hoje não foi suficientemente utilizado em favor dos excluídos. É sabido que as escolas até hoje não descobriram ou não utilizaram todo o seu potencial de mobilização social e sua capacidade criadora. Falta-lhes talvez uma dose de rebeldia, essencial ao ato pedagógico, para se transformarem em escolas radicalmente democráticas.

RAP – *Você poderia destacar alguma iniciativa importante que pode alimentar nossas esperanças em relação ao futuro da EJA?*

Gadotti – Creio que a criação do *Programa Brasil Alfabetizado*, em 2003, pelo governo Lula, constitui-se no último capítulo dessa saga contra o analfabetismo no Brasil. Mas é preciso avançar mais e com mais rapidez. Nos últimos anos, o tema do analfabetismo e o tema da elevação da escolaridade e da educação de adultos têm sido abordados cada vez com mais frequência e com mais importância na mídia brasileira. A educação básica, de modo geral, tem ganho força, como foi, em décadas passadas, o ensino superior. É um bom sinal. Estamos despertando para a importância da educação no processo de emancipação do país e do seu povo. Mas ainda nos resta um longo caminho a percorrer porque o nosso atraso é muito grande. Precisamos dar uma nova chance àqueles e àquelas que não puderam freqüentar a escola na infância.